

A CONCEPÇÃO SOCIOCULTURAL NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM OLHAR CRÍTICO À SOCIEDADE CONSUMISTA

THE SOCIOCULTURAL CONCEPTION IN FINANCIAL EDUCATION: A CRITICAL LOOK AT THE CONSUMER SOCIETY

LA CONCEPCIÓN SOCIOCULTURAL EN LA EDUCACIÓN FINANCIERA: UNA MIRADA CRÍTICA A LA SOCIEDAD DE CONSUMO

Geovani Alves da Costa ¹
Sandra Maria Campos Alves ²
Leila Maria Rodrigues Carvalho ³

Manuscrito recebido em: 23 de janeiro 2023.

Aprovado em: 27 de abril de 2023.

Publicado em: 06 de junho de 2023.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar as contribuições existentes da abordagem sociocultural para educação financeira frente sociedade consumista com foco na formação crítica e integral do ser humano no ensino profissional e tecnológico. Baseou-se em discutir conceitos de educação profissional, enfatizando a sua visão omnilateral e formação integral do indivíduo, assim como educação financeira em um contexto abrangente, sem se prender apenas aos conteúdos matemáticos, buscando associar as ideias socioculturais de Paulo Freire à criticidade aos problemas causados pelo consumo excessivo e irresponsável. Por fim, apresenta o curso de extensão como recurso educacional ideal para trabalhar o assunto abordado na educação profissional e tecnológica, utilizando a ferramenta PBL- Problem Based Learning.

Palavras-chave: Educação profissional; Educação financeira; Abordagem sociocultural; Omnilateral.

Abstract

This article aims to present the existing contributions of the sociocultural approach to financial education in front of the consumer society focusing on the critical and integral training of the

¹ Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Especialista em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Atua como Diretor Administrativo-Financeiro do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Aracati/CE.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3734-9746> Contato: alves.geovani@academico.ifrn.edu.br

² Doutora em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade de São Paulo. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9343-9324> Contato: sandra.campos@escolar.ifrn.edu.br

³ Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Especialista em Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade IEDUCARE.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9519-6832> Contato: leila.maria@escolar.ifrn.edu.br

human being in professional and technological education. It was based on the discussion of professional education concepts, emphasizing their omnilateral vision and the integral formation of the individual, as well as financial education in a comprehensive context, without being only cultural ideas of Paulo Freire for criticality to the problems caused by excessive and irresponsible consumption. Finally, it presents the extension course as an ideal educational resource to work on the topic addressed in professional and technological education, using the PBL- Problem Based Learning tool.

Keywords: Professional education; Financial education; Sociocultural approach; Omnilateral.

Resumen

El presente artículo tiene por objetivo presentar las contribuciones existentes del enfoque sociocultural para educación financiera frente sociedad consumista con foco en la formación crítica e integral del ser humano en la enseñanza profesional y tecnológica. Se basó en discutir conceptos de educación profesional, enfatizando su visión omnilateral y formación integral del individuo, así como educación financiera en un contexto integral, sin apearse solo a los contenidos matemáticos, buscando asociar las ideas socioculturales de Paulo Freire a la crítica a los problemas causados por el consumo excesivo e irresponsable. Por último, presenta el curso de extensión como recurso educativo ideal para trabajar el tema abordado en la educación profesional y tecnológica, utilizando la herramienta PBL- Problem Based Learning.

Palabras claves: Educación profesional; Educación financeira; Enfoque socio-cultural; Omnilateral.

Introdução

A sociedade contemporânea é conhecida como a sociedade de consumo ou sociedade consumidora, que traz a ideologia capitalista, do lucro, do dinheiro, do poder aquisitivo como principal instrumento mobilizador do mundo.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2008) em sua obra “Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias” afirma que a sociedade baseada no trabalho e segurança passou a ser uma sociedade de consumidores baseada na criação constante de desejos da liquidez das relações no consumo.

Retrata-se aos gatilhos psicológicos ligados a ostentação, como um motivador ao consumo desenfreado, como forma de inclusão/inserção/ascensão/encaixe social, que vem sendo bastante utilizados por marcas de bebidas, de roupas, celulares, cosméticos, joias, dentre outros, utilizando como canais de difusão a música, filmes, séries, games, através da publicidade subliminar, ou de forma clara mesmo, para gerar maior consumo e aderência aos seus produtos.

A Educação Financeira ganhou maior ênfase em estudos e documentos legislativos em âmbito educacional a partir de pesquisas e direcionamentos sobre o assunto promovidos e financiados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005).

A educação financeira apresenta-se como um mecanismo de suma importância para o melhoramento da capacidade e qualidade das decisões financeiras, socioculturais, econômicas e ambientais. (CAMPOS; TEIXEIRA; COUTINHO, 2015).

Porém, boa parte dos brasileiros não tem acesso ao poder de consumir como manda a contemporaneidade, mas praticam o consumo exagerado, provocando o endividamento das famílias, principalmente pela pressão midiática de aquisição de produtos. Assim, surgem alguns temas que necessitam ser trabalhados na educação, principalmente com os jovens, que são construtores de conhecimentos: responsabilidade financeira, sustentabilidade e responsabilidade social.

Macêdo (2020) também retrata a importância de se entender matemática financeira não apenas para a formação do aluno, mas do cidadão, a sua formação integral, isto é, desenvolver um pensamento crítico e dotar o estudante das noções básicas utilizadas no contexto socioeconômico.

A educação voltada para a formação integral do ser humano, sem o único interesse da formação para o mercado de trabalho e sim pela formação crítica e emancipatória dos jovens é pilar e base conceitual da educação profissional e tecnológica no Brasil e do processo de ensino e aprendizagem sociocultural.

Ciavatta e Ramos (2011) destacam que a expressão ensino integrado reflete o sentido de completude, de inteiro, de compreender as partes no seu todo, tratando a educação em sua totalidade social.

Diante da completude de tratar a educação em todas suas dimensões, a integralidade do ensino vai além de compreender o processo produtivo, mas formar o cidadão como conhecedor do seu papel nesse processo e nas relações sociais, promovendo a reflexão crítica sobre os padrões culturais na busca de uma sociedade justa e igualitária.

A abordagem sociocultural transparece o pilar da educação profissional e tecnológica ao destacar a autonomia de construir conhecimentos e de formar indivíduos em suas múltiplas capacidades, requerendo a superação das pedagogias liberais.

Araújo e Frigotto (2015) destacam que na perspectiva da integração, os conteúdos passam a ter referência na utilidade social e não na perspectiva imediata de mercado.

Entende-se a integralidade da educação profissional e tecnológica em seu caráter transformador da pedagogia sociocultural, de formar não somente para o trabalho, mas compreender a essência dele, do entendimento sobre coletividade, da autonomia e criticidade da realidade existente, permitindo a construção de um meio social, fraterno, justo, responsável e sustentável.

Diante da problemática elencada e da relação da educação profissional integrada com a abordagem sociocultural, surge a seguinte questão de pesquisa: Como a abordagem pedagógica sociocultural pode contribuir para a educação financeira na sociedade consumista, considerando a formação integral do ensino profissional e tecnológico?

Deste modo, o objetivo geral do estudo é apresentar as contribuições existentes da abordagem sociocultural para educação financeira frente sociedade consumista com foco na formação crítica e integral do ser humano no ensino profissional e tecnológico.

São objetivos específicos: apresentar mecanismo pedagógico que possibilite uma reflexão crítica aos alunos da educação profissional e tecnológica acerca dos problemas causados pelo consumismo na sociedade atual; apontar as principais relações existentes entre a teoria construtivista, a educação financeira e a educação profissional e tecnológica; e elencar as principais abordagens pedagógicas que trabalhem a educação financeira em caráter mercadológico que minimizam a visão crítica e emancipatória do ser humano.

A pesquisa torna-se importante, pois elenca as principais relações entre a educação profissional em um contexto omnilateral e a teoria de aprendizagem sociocultural, assim como contribuir para abordagem da educação financeira em um aspecto crítico e de diálogos frente aos problemas ambientais e socioeconômicos causados pelo consumo exacerbado, fortalecendo a pesquisa e as intervenções pedagógicas na área do conhecimento abordada.

Percurso Metodológico

A metodologia da pesquisa se deu por revisão bibliográfica, que para Severino (2007) consiste em:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Assim foram utilizados artigos, dissertações, sites de pesquisa e livros que abordaram assuntos relacionados à educação financeira, educação profissional e tecnológica e a abordagem pedagógica sociocultural.

Trata-se de um estudo teórico-reflexivo que se aproxima da abordagem qualitativa e compreende “(...) um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p.43) que no caso diz respeito à contribuição que a abordagem pedagógica sociocultural pode trazer à educação financeira na sociedade consumista considerando a formação integral do ensino profissional e tecnológico.

A pesquisa foi desenvolvida apresentando uma contextualização, problematização através de formulação de uma questão-problema, justificativa trazendo a importância da pesquisa, objetivo geral e os objetivos específicos. Segundo Gil (2007, p.17) “é um procedimento racional e sistêmico que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos (...)”.

Portanto, a pesquisa configura-se como um procedimento formal com método reflexivo e científico, baseado em bibliografias para construção de um caminho para se conhecer e transformar uma realidade.

Assim, o primeiro tópico do desenvolvimento da pesquisa está intitulado “A EPT no Brasil e sua visão omnilateral” trazendo uma contextualização histórica da educação profissional e tecnológica no Brasil; o segundo intitulado “O consumismo e a educação financeira na EPT” que relaciona o consumo exacerbado com a educação financeira

dentro da formação integral proposta pela EPT; e o terceiro intitulado “A abordagem sociocultural na educação financeira” que aborda as formas de trabalhar educação financeira em um contexto sociocultural. Em todos os tópicos foram apresentados conceitos, pontos de vista de alguns autores e pesquisadores, dentre eles Freire (1989), Santos (2012), Borges (2014), Ciavatta (2005) e Saviani (2003).

A EPT no Brasil e sua visão Omnilateral

No Brasil, a educação profissional é marcada por uma história de dualidade. Desde o início sempre houve uma separação entre trabalho e educação.

A educação profissional surge no país com fortes bases da escravidão, com grande desvalorização do trabalho manual, como afirma Ciavatta (2005, p.87).

No Brasil, o dualismo das classes sociais, a desigualdade no acesso aos bens e aos serviços produzidos pelo conjunto da sociedade, se enraíza no tecido social através de séculos de escravismo e de discriminação do trabalho manual. Na educação, apenas na metade do século XX o analfabetismo se coloca como uma preocupação das elites intelectuais, e a educação do povo se torna objeto de políticas de Estado. Mas sua organicidade social está em reservar a educação geral para as elites dirigentes e destinar a preparação para o trabalho para os órfãos, os desamparados. Esse dualismo toma um caráter estrutural especialmente a partir da década de 1940, quando a educação nacional foi organizada por leis orgânicas, segmentando a educação de acordo com os setores produtivos e as profissões, e separando os que deveriam ter o ensino secundário e a formação propedêutica para a universidade e os que deveriam ter formação profissional para a produção (CIAVATTA, 2005, p. 87).

Como retratada pela autora, a história dualística da educação brasileira está relacionada à separação de classes do regime capitalista, trazendo uma divisão entre aquela que prepara a força de trabalho e aquela que forma grande dirigentes da elite burguesa.

No início foram criadas as escolas de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909 (BRASIL, 1909), no intuito de habilitar para o trabalho os

filhos das classes sociais menos favorecidas. Elas foram às primeiras versões do ensino técnico profissional no Brasil.

Em 1971 a Lei de diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB nº 5.692 (BRASIL, 1971) instituiu a profissionalização obrigatória no currículo do ensino de segundo grau. Já em 1982, a Lei nº 7.044 (BRASIL, 1982) retirou a imposição de habilitação profissional no segundo grau e atrelando a educação técnica a estabelecimentos especializados.

Com o advento do período militar, do regime autoritário, onde a educação era voltada para o mundo do trabalho e a ordem cívica, a promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe a esperança da redemocratização do ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases – LDB (lei nº 9.394/96) (BRASIL, 1996) é considerada o marco legal das reformulações debatidas no período de redemocratização, alterando os sistemas de ensino brasileiro e definindo em seu Art. 1º que a “educação abrande os processos formativos que se desenvolvam na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Contudo, principalmente com o ato regulamentador do Decreto nº 2.208/1997 (Brasil, 1997), definiu-se ensino médio como a etapa final da educação básica com finalidade voltada para a preparação para o trabalho por meio da compreensão de conhecimentos voltados para a produção, trazendo o retorno formal do dualismo escolar.

Em 2004, com a revogação do Decreto 2.208/1997 por meio do Decreto 5.154 (BRASIL, 2004), foi restabelecida a possibilidade de articulação do ensino médio ao ensino técnico profissional por meio do ensino integrado, mas manteve a dualidade de trabalho manual e intelectual, tornando apenas possível a articulação.

A nova política educacional do ensino técnico profissional foi bastante debatida e discutida, sempre na proposta de articulação entre ciência, cultura e trabalho, sendo aprovada a Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008) que reorganizou as instituições federais e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), propondo uma nova concepção de formação e qualificação para o trabalho, apartada da dualidade e do assistencialismo.

Esta reformulação traz a educação profissional e tecnológica para além do capital, sua visão omnilateral, a fim de contribuir para a emancipação do sujeito, ensiná-lo a ser ativo, pensante e participativo, isto é, preparar o futuro trabalhador para criar bens de consumo em benefício da melhoria das pessoas e não que gere apenas a obtenção de lucro e divisão social, como ocorre no regime capitalista vivenciado.

Essa omnilateralidade é definida por Frigotto (2012) quando ele diz que:

“É a partir desta elementar constatação que percebemos a centralidade do trabalho como práxis que possibilita criar e recriar, não apenas os meios de vida imediatos e imperativos, mas o mundo da arte e da cultura, linguagem e símbolos, o mundo humano como resposta às suas múltiplas e históricas necessidades” (FRIGOTTO, 2012, p.60).

A visão abrangente e integral da educação profissional e tecnológica permite uma reflexão acerca dos problemas enfrentados no país, trazendo uma concepção mais profunda e emancipatória, procurando a essência das existências das coisas e a melhor forma de resolução de problemas, no intuito de garantir o bem-estar social, dinâmico e igualitário.

Diante dos problemas ambientais causados pelo consumo excessivo da população, diante dos problemas sociais causados pela má distribuição de renda, o papel da educação se torna cada vez mais influente no que diz respeito à formação crítica de indivíduos e a busca de solucionar problemas existentes na coletividade.

O consumismo e a educação financeira na EPT

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor- Peic realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em setembro do ano de 2022, o índice de famílias endividadas no Brasil chegou a 79,3%. A pesquisa também apontou que 30% dos brasileiros estão com contas atrasadas.

A pesquisa demonstra a preocupação que se tem com o índice de endividamento dos brasileiros, problema este oriundo do mau consumo de produtos e serviços.

O consumo exacerbado dos brasileiros tem contribuído para os altos índices de endividamento, conforme pesquisa demonstrada, e a consequente reflexão no desempenho econômico do país.

Além disso, tem sido ameaçador para o desenvolvimento sustentável da sociedade, otimização dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, trazendo a necessidade de um processo educativo que trabalhe finanças de forma abrangente e que proporcione reflexões e soluções para o problema elencado.

A educação financeira é normalmente definida como a capacidade dos indivíduos de tomar decisões apropriadas no planejamento de suas finanças pessoais (BORGES, 2014).

Um processo educativo mais amplo e abrangente que resulte em uma formação em diversas áreas do conhecimento se torna mais necessário, trabalhando a educação financeira em um contexto mais amplo e que dissemine a problemática do consumismo a diversas outras áreas de ensino, como retratada pela omnilateralidade da educação profissional.

Tomando como base a integralidade do processo educacional, a escolarização integrada promove a educação tecnológica para além do capital, ou seja, preparar o ser para criar bens de consumo em benefício da melhoria das pessoas e não visando lucro e divisão social, como propagado pelo regime capitalista.

A educação profissional na visão omnilateral, aponta que esse tipo de educação não se restringe a atender aos interesses do capital, mas visa à formação do sujeito crítico em seu desenvolvimento social e humano, possibilitando, além da união entre trabalho manual e intelectual, a compreensão sobre a totalidade do processo (SANTOS, 2012).

A educação financeira deve ir além dos limites da matemática financeira, além do aprendizado de fórmulas, cálculos e conceitos, como a metodologia de ensino da educação tradicional.

Assim retrata Fernandes (2019) ressaltando que o tema transversal no processo educativo deve considerar o indivíduo no seu contexto familiar e social, incluindo fatores históricos, sociais e econômicos e não apenas refletir a cultura neoliberal e o pressuposto de que “um indivíduo educado financeiramente atua para edificar uma sociedade igualmente educada”.

O campo de finanças é amplo e dinâmico e afeta diretamente a vida dos indivíduos e das organizações. O caráter educacional, tomado como base os conceitos em educação profissional e tecnológica, deve tratar o ser humano como objeto central e não o dinheiro, com promoção de um olhar atento e crítico, autoconhecer-se como cidadão e como consumidor e fazer o uso consciente dos bens materiais de que necessita para ter um bem-estar social e sustentável.

Essa formação completa e emancipatória da educação profissional e tecnológica se relaciona com a abordagem sociocultural da pedagogia, que foge do tradicional liberalismo e parte para o autoconhecimento, autoavaliação e criticidade dos acontecimentos, buscando a transformação de situações e mudanças a partir da análise de problemas.

No entendimento de Saviani (2003), esta pedagogia traduz a função social da escola, que é a socialização do saber sistematizado, do conhecimento científico capaz de instrumentalizar as camadas populares na superação de sua condição de alienada e explorada.

Perceber a educação no seu desenvolvimento sociocultural permite a interligação com a transformação da sociedade para a mudança social e de comportamentos almejados, com objetivos sustentáveis, justos e igualitários.

Abordagem sociocultural na educação financeira

A palavra “Educação” vem do latim *educere* e significa “conduzir para fora”, ou seja, preparar o indivíduo para o mundo, emancipar-se, conscientizar-se, ter autonomia e ser crítico (CHARLOT, 2005).

Nesse sentido, a educação traz seu papel importante na formação consciente do consumo. A educação financeira não deve se restringir aos conceitos clássicos e fórmulas matemáticas advindas da formação tradicional, com a visão mercadológica de ensinar as pessoas a memorizar e repetir algoritmos voltados para o consumo, competição, exclusão, meritocracia e hierarquia de excelência.

Essa ideia de educação financeira em um caráter crítico e construtor de conhecimento e de mudanças da realidade é baseada na abordagem construtivista da educação, cujo principal idealizador foi Paulo Freire.

Paulo Freire defende essa formação do homem como sujeito a partir da reflexão crítica sobre a sua realidade, procurando intervir na busca progressiva da mudança (MIZUKAMI, p. 86).

Nesse contexto, a educação libertadora está alinhada à concepção da formação humana integral. Assim define Freitas (2020):

(...) uma vez que os avanços desse campo de estudo colaboram para o entendimento de como o ser humano decide, e que conhecer isso de modo associado às estratégias que o capital utiliza para influenciar o consumo pode auxiliar na formação da consciência mais ampla da realidade, assim como aumentar o autoconhecimento, autocontrole e conduzir a formação de hábitos de consumo mais assertivos (FREITAS, 2020, p. 11).

A ideia da concepção tradicional de tratar a educação financeira como meras fórmulas para se efetuar cálculos e se chegar a um resultado exato, onde o professor ele tem o papel de repassar conteúdos e os alunos de serem receptores de informações se não for tratada como um mecanismo de reflexão da sociedade em que se vive não se constrói nem se busca alternativas para os problemas causados pelo consumismo.

Assim trata Mizukami (1986, p.102) que “numa abordagem sociocultural a educação assume o caráter amplo e não se restringe às situações formais de ensino-aprendizagem.” O conhecimento de educação financeira não deve está restringindo a forma que se deve agir dentro da coletividade na busca incessante de bens e produtos e na alienante dependência de mercado e conteúdos midiáticos.

Para Freire (1975), esse conhecimento deve ser inovador e moldado a partir de uma visão emancipatória e reflexiva, a partir do diálogo e da necessidade de mudanças.

A abordagem sociocultural amplia a educação financeira como um eixo escolar transversal ampliando sua oferta sob perspectivas problematizadoras, dialógicas e crítico-transformadoras. Na verdade, ela necessita de uma base de comportamento para que os conhecimentos financeiros venham se assentando aos poucos, como organização,

cuidado com as pessoas, natureza, objetos, saber esperar, comportamentos fundamentais que são necessários saber para se aprofundar em fórmulas e números.

Repensar a questão do consumo dentro da educação financeira provoca nos jovens uma forma autônoma de construir conhecimentos e trazer mudanças de comportamentos que possibilitem a amenização dos problemas enfrentados pelo consumismo, que vão desde o endividamento até a sustentabilidade das gerações futuras.

Conforme Freire (1975, p.63), a verdadeira educação consiste na educação conscientizadora, que ao contrário da educação bancária, aquela em que o aluno é uma tábula rasa e mero depósito de informações, objetiva o desenvolvimento da consciência crítica e libertadora da tradicional.

Diante disso, trabalhar com alunos do ensino médio profissional e tecnológico a educação financeira em um período persuasivo de consumo exagerado e abrangendo a formação libertadora freiriana, são necessários recursos educacionais que fujam um pouco do tradicional ensino matemático e que possibilite a discussão do assunto para construir possíveis soluções aos problemas evidenciados.

Um curso de extensão é um grande recurso pedagógico que possibilita trabalhar a educação financeira em um contexto omnilateral frente ao consumo persuasivo da sociedade capitalista.

Assim define Freire (1989) “A metodologia educacional freiriana tem sua concepção assentada em bases dialógicas e de problematização das situações vividas, além do exercício da conscientização das pessoas que vivem e convivem em comunidade”.

Vale destacar que a Aprendizagem Baseada na Resolução de Problemas- *Problem Based Learning* (PBL), metodologia de base construtivista e que traz problema como processo inicial de ensino e aprendizagem, é fundamental método para aplicação do curso de extensão que possibilita a construção de cenários favoráveis ao surgimento de contextos de aprendizagens capazes de provocar mudanças conceituais mudanças de realidades e autonomia na construção do conhecimento.

Essa prática de ensino, uma vez vinculada aos temas geradores, é capaz de proporcionar uma educação que liberta, emancipa e contribui para a formação do posicionamento mais consciente e crítico dos indivíduos, inspirando-os a terem um comportamento proativo e responsável nos processos culturais, sociais, políticos e econômicos da sociedade em que vivem (TORRES, 2010).

Esse tipo de aprendizagem traz situações-problemas reais apresentadas aos alunos que são contextualizadas e que os possibilitam a capacidade de pesquisa, análise, comparações e suposições, registrando seus raciocínios para construção dos seus conceitos (LIBÂNEO; FREITAS, 2013).

Essa abordagem traz em seu contexto a concepção de criticidade e de mudanças de realidade vivida pelos jovens persuadidos pelo consumismo. Traz conteúdos que buscam reflexões acerca da sociedade atual, não se prendendo a cálculos da matemática financeira, mas à multidisciplinaridade do tema, no intuito de mudar a realidade em que se vive na busca pelo desenvolvimento sustentável e da justiça social.

Considerações finais

As discussões apresentadas neste artigo pretenderam apresentar as contribuições existentes da abordagem sociocultural para educação financeira frente sociedade consumista com foco na formação crítica e integral do ser humano no ensino profissional e tecnológico.

Ao longo dos conceitos apresentados constatou-se que a abordagem sociocultural está ligada intimamente à educação profissional e tecnológica, no que consiste na formação de indivíduos críticos, onde o conhecimento técnico tem aplicação no social, no que se refere ao homem como sujeito de sua própria história, capaz de transformar o mundo.

Quanto à educação financeira na sociedade consumista destaca-se a necessidade de educar para o mundo como o todo e não somente para o mercado de trabalho. A abordagem sociocultural com caráter construtor de conhecimento, da busca incessante de mudança de realismo, condiz com essa necessidade de transformar a sociedade para o consumo consciente, de trabalhar finanças de forma crítica ao mercantilismo e abranger o assunto para demais áreas do conhecimento, de forma integral e autônoma.

Cabe destacar que para trabalhar a educação financeira na educação profissional e tecnológica considerando a abordagem sociocultural, o curso de extensão é um forte recurso educacional para o desenvolvimento deste trabalho, baseando-se na metodologia PBL.

Assim, essa nova forma de trabalhar educação financeira na sociedade consumista se opõe ao método tradicional e comportamentalista do processo de ensino e aprendizagem. Enquanto estes métodos procuram desenvolver capacidades liberais de atuação em mercado de trabalho e de comportar-se conforme o modelo capitalista exige, aquele destaca-se pela forma crítica de consumir, de serem sujeitos autônomos, de mudar a realidade e de transformar a sociedade em que vivemos, na busca de resoluções para os problemas sociais, de sustentabilidade e econômicos.

Referência

ARAUJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v.52, n.38, p.61-80, 2015.

BAUMAN, Z. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BORGES, P. R. S. **Educação financeira: o novo perfil das famílias na administração das finanças pessoais**. Anais IX EPCT - Encontro de Produção Científica e Tecnológica. Campo Mourão: UNESPAR, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 01 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional, primário e gratuito. Rio de Janeiro, RJ, 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Brasília, DF, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 02 dez. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso: 02 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.044, de 18 de Outubro de 1982.** Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Brasília, DF, 1982. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 02 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso: 02 dez. 2022.

CAMPOS, C. R.; TEIXEIRA, J.; COUTINHO, C. Q. S. Reflexões sobre a educação financeira e suas interfaces com a educação matemática e a educação crítica. **Educação Matemática Pesquisa: revista do programa de estudos pós-graduados em educação matemática da PUC**, v.17, n.3, p.556-577, 2015.

CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização:** questões para educação hoje. Porto Alegre: Penso, 2005.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, v.5, n.8, p.27-41, 2011.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ESTADÃO. **Infomoney**, 2022. Brasil atinge recordes de 79,3% de famílias endividadadas e 30% de inadimplentes. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/brasil-atinge-recordes-de-793-de-familias-endividadadas-e-30-de-inadimplentes/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

FERNANDES, L F. B. **A educação financeira no Brasil:** gênese, instituições e produção de doxa. 2019. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, P. **Uma Educação para a Liberdade.** Porto: Textos Marginais, 1975.

FREITAS, C. N. P. **A contribuição da neuroeconomia na formação de hábitos de consumo responsável entre os estudantes do ensino médio integrado.** – Mossoró, 2020. 107 f. : il. color. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional, PROFEPT) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, 2019.

FRIGOTTO, G. Educação omnilateral. In: SALETE, R.; et al. (Org) **Dicionário da educação do campo.** – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIBÂNEO, J. C.; FREITAS, R. A. M. M. Vasily Vasilyevich Davydov: a escola e a formação do pensamento teórico-científico. In: LONGAREZI, A. M.; PUENTES, R. V. (org.) **Ensino desenvolvimental: vida, pensamento e obra dos principais representantes russos.** Uberlândia: EDUFU. 2013.

MACÊDO, J. S. **Educação e Matemática Financeira: Uma proposta com atividades envolvendo situações cotidianas** 2020. 39 p. Dissertação (Mestrado em Profissional em Matemática em Rede Nacional) - Universidade Estadual da Paraíba, PróReitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.

OCDE. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness.** Directorate for Financial and Enterprise Affairs. 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf> . Acesso em: 17 jan. 23.

SANTOS, M. G. C. A categoria de formação omnilateral em Marx e o trabalho enquanto princípio educativo. IN: Seminário Internacional, IE Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns, 1.2012, Pelotas. Anais [...]. Pelotas: UFPel, 2012. p 1-13.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 8ª ed. Campinas: Autores associados, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

TORRES, J. R. **Educação Ambiental crítico-transformadora e abordagem temática freireana.** Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) - Programa em Educação Científica e Tecnológica, Centro de Ciências Biológicas: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.